

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023
(Da Sra. Maria do Rosário)

Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que "Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências" para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei nº 14.509 de 27 de dezembro de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....
.....
Parágrafo único. O total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal, observando-se que 5%, no mínimo, serão reservados, facultativamente, para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito;

II - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa tem como escopo a alteração da redação do parágrafo único e seus incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 14.509 de 2022, em razão do fato de que a margem exclusiva de 5% para cartão consignado de benefício ocasionará o maior endividamento do servidor público, bem como da amortização do cartão de crédito. A título de exemplo, as taxas de juros do cartão de benefício (atualmente em torno de 5,9%) são muito maiores que o do empréstimo consignado (em torno de 1,6%). É justamente isso que o projeto se propõe a corrigir.

Note-se que o inciso II do parágrafo único do Art. 2º da referida Lei, chegou a ser vetado pela Presidência da República, porém o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional. A derrubada do veto decorreu justamente da preocupação do Poder Legislativo em se comprometer contra o superendividamento da população, a partir da categoria do funcionalismo federal. É importante ressaltar que a presente iniciativa legislativa propõe facultar ao servidor como ele deseja utilizar o pagamento dos seus empréstimos, não mais reservando 5% para cada modalidade de pagamento de cartão como acontece na atualidade. Ao contrário, confiando no uso racional que faz de sua remuneração pelo servidor, a iniciativa o reconhece como capaz de decidir qual é o melhor uso do empréstimo consignado para si.

Na prática, a presente legislação permite a livre disposição de 35% da remuneração para fins de pagamento de empréstimo de consignado, acrescentando-se mais 5% de margem consignável para a amortização de dívidas de cartão de crédito e mais 5% para a amortização do cartão de benefício. Esse acréscimo se tornou, na prática, um teto. Em nosso entendimento, o mais justo é garantir que

* C D 2 3 9 2 0 1 0 0 6 5 0 0 *



estes 5% seja considerado o mínimo pela legislação. Dessa maneira, o servidor poderá escolher, de acordo com seu juízo, qual é o melhor destino do desconto em sua remuneração para o pagamento de empréstimo consignado. Acredita-se que ao ampliar-se a possibilidade de pagamento para os cartões que ora se estipula, permite-se maior segurança ao mercado financeiro para o recebimento do que lhe é devido, com consequente estímulo para a queda de juros no varejo.

Portanto, há a necessidade de tornar a margem excedente de 5% facultativa, de forma que o servidor possa usá-la para o pagamento de empréstimo consignado relativo a dívidas de cartão consignado de benefício ou cartão de crédito,

Certa do compromisso dos nobres colegas com os servidores públicos, clamo pela aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, em de de 2023.

MARIA DO ROSÁRIO
Deputada Federal (PT/RS)

